www.pwc.com.br

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas em IFRS 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo Sicoob S.A. ("Instituição" ou "Banco Sicoob") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Cooperativo Sicoob S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(i), 4(f), 13 e 30(c))

A estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos da IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da administração. A perdas esperadas associadas ao risco de crédito, determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que seiam significativos. e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

Adicionalmente, a Administração efetuou o monitoramento dos impactos da Covid-19 que podem afetar as operações e os resultados.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) modelo das premissas adotados pela administração para determinação do valor recuperável dos créditos: (ii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iii) processamento e contabilização das provisões; (iv) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (v) elaboração das notas explicativas.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio dos nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor, e quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Realizamos o entendimento dos procedimentos adotados pela administração para o monitoramento dos impactos da Covid-19 que podem afetar as operações e os resultados.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas de crédito, com base no IFRS 9, são



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Provisões para passivos contingentes (Notas 3(0) e 23)

O Banco Sicoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível, decorrente do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados a identificação e constituição de passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Sicoob tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas.



Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 16 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/0-5

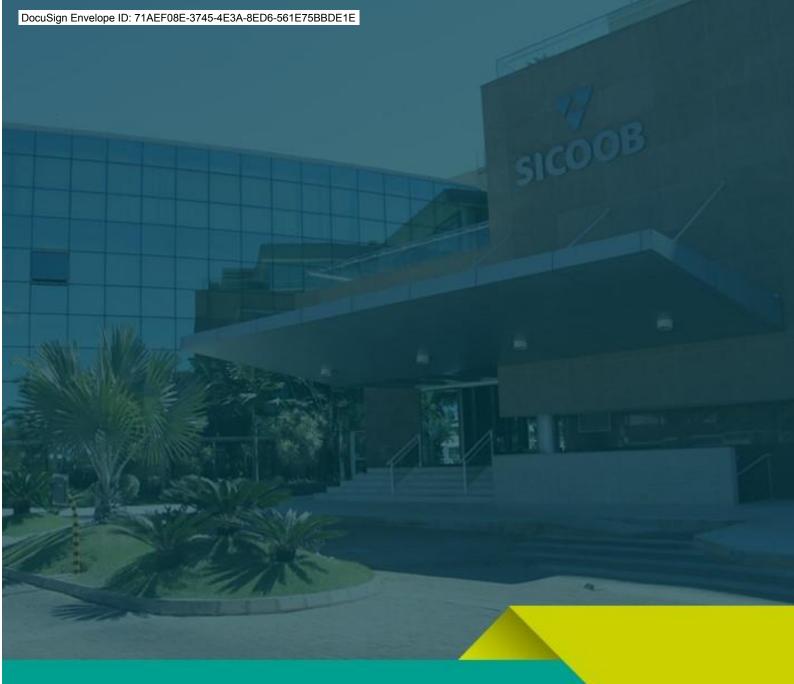
Coulsigned by

(xlst. flugde \$\tilde{S}\$ Liu A
Assination por CARLOS AUGUSTO DA SILVA-50722581653

OFF-50722581653
Data/britot ad Assinatura: 16 March 2022 | 18.24 BRT

COULSIGNED ASSINATION COUNTY | COUNTY | COUNTY |
CITATION COUNTY | COUNTY | COUNTY |
CITATION COUNTY | COUNTY | COUNTY |
CITATION C

Carlos Augusto da Silva Contador CRC 1SP197007/O-2



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM IFRS

Banco Cooperativo Sicoob S.A - Banco Sicoob

|31 de dezembro de 2021 e 2020





Índice

KEIGIOIO GG AGITIII IISTI QGO	
Balanço patrimonial consolidado em IFRS	11
Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS	13
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS	
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em IFRS	
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS	16
Nota 1 - Contexto operacional	
Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS	16
Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos	17
Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis	18
Nota 5 - Receitas líquidas com juros	
Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões	29
Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais	
Nota 8 - Despesas com pessoal	
Nota 9 - Outras despesas administrativas	
Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa	
Nota 11 – Depósitos compulsórios no Banco Central	
Nota 12 - Ativos financeiros ao custo amortizado	31
Nota 13 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros	
Nota 14 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	
Nota 15 - Outros ativos	
Nota 16 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	
Nota 17 - Investimentos	
Nota 18 - Imobilizado	
Nota 19 - Intangível	
Nota 20 - Passivos financeiros ao custo amortizado	
Nota 21 - Outros passivos	
Nota 22 - Garantias financeiras prestadas	
Nota 23 - Passivos, contingências e obrigações legais	
Nota 24 - Patrimônio líquido	
Nota 25 - Transações com partes relacionadas	
Nota 26 - Limites operacionais - acordo de Basileia	
Nota 27 - Outras informações	
Nota 28 - Gerenciamento de riscos financeiros	
Nota 29 – Riscos de continuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerencian	
de capital	52
Nota 30 – Combate aos efeitos da pandemia do Covid-19	
Resumo do relatório do comitê de auditoria	
Parecer do conselho fiscal	
Composição dos órgãos de administração do Banco Sicoob	58

31 de dezembro de 2021

Cenário Macroeconômico

O ano de 2021 foi marcado globalmente pela continuidade da recuperação econômica iniciada na segunda metade de 2020, após o choque gerado pelos impactos da pandemia de covid-19. O avanço do processo de vacinação ao redor do mundo e a gradual redução das restrições em regiões importantes trouxeram um impulso adicional à retomada das principais economias, ainda que surtos específicos causados por novas variantes do coronavírus tenham mantido certo grau de apreensão ao longo dos meses. No entanto, essa retomada da economia trouxe consigo efeitos colaterais indesejados, como fortes pressões nos preços de insumos e commodities, em meio ao desabastecimento em diversas cadeias produtivas. Com isso, a inflação avançou de forma acelerada em boa parte do mundo, o que se traduziu no início do processo de redução de estímulos monetários extraordinários em alguns países, inclusive nos Estados Unidos.

No Brasil, a atividade econômica perdeu fôlego ao longo do ano, mesmo com o primeiro semestre marcado pela recuperação mais forte. Nesse sentido, a despeito da melhora em curso do mercado de trabalho, a inflação elevada minou o poder de compra, esfriando o consumo das famílias. Adicionalmente, o aperto monetário iniciado em março ganhou intensidade ao longo do ano, já impactando as decisões econômicas. Por fim, instabilidades políticas e mudanças nas regras fiscais elevaram as incertezas dos agentes. Isso teve peso importante nos mercados, onde os ativos domésticos continuaram fragilizados.

O PIB ilustrou essa perda de performance durante 2021, apesar da retomada de algumas atividades mais afetadas pela pandemia, como o setor de serviços, e da solidez da construção civil. Se o crescimento observado no 1T ainda foi expressivo, de 1,3% (ante o 4T 2020, com ajuste sazonal), os dois trimestres seguintes foram marcados por variações negativas, de 0,4% (2T) e 0,1% (3T). Apesar disso, o crescimento do PIB acumulado no ano até o 3T ainda foi forte, de 5,7%, reflexo da base fraca de comparação de 2020 com os efeitos da pandemia. Entre os segmentos, destaque negativo para a Agropecuária, com duas reduções significativas no 2T (-2,8%) e 3T (-8,0%), reflexo de problemas climáticos que pesaram substancialmente sobre importantes culturas. No acumulado do ano até o 3T, o PIB agro apresentou variação negativa de 0,1%. No caso da indústria, o PIB do setor oscilou com ligeira queda de 0,2% no 2T e manteve estabilidade no 3T (acumulado no ano +6,5%), porém com discrepâncias entre os segmentos. Por fim, o setor de serviços manteve-se em retomada, com a gradual redução dos impactos da pandemia. O PIB do setor cresceu 0,7% no 2T e 1,1% no 3T, acumulando expansão de 5,2% no ano.

Ainda sem a divulgação do PIB do 4T, os dados de outubro e novembro mostraram sinais mistos. Em outubro, o índice IBC-Br iniciou o último trimestre do ano com redução de 0,3%, o que refletiu quedas de 0,6% na Pesquisa Industrial Mensal, de 1,6% na Pesquisa Mensal de Serviços e uma leve alta de 0,2% na Pesquisa Mensal de Comércio. Já em novembro o IBC-Br apresentou alta de 0,7%, impulsionado pela reação do setor de serviços (PMS +1,6%) e pela expansão do varejo (PMC +0,6%), enquanto a indústria reduziu seu ritmo de queda (PIM -0,2%). Os dados sugerem um pequeno crescimento para o PIB no 4T, número a ser confirmado no início de março. Considerando as mesmas pesquisas setoriais, os patamares dos índices alcançados em novembro representam as seguintes variações na comparação com dez/2020: PIM (-7,5%), PMC (+1,1%) e PMS (+7,9%).

A produção Agropecuária deve ter apresentado recuo de 1,4% em 2021, na média anual. O resultado do PIB Agro em 2021 deve confirmar esse desempenho negativo, com recuo estimado de 0,7% em relação a 2020. A projeção tem por base, principalmente, os recuos da produção de milho (-15,1%, segundo a Conab), de algodão (-21,4%), de cana-de-açúcar (-10,5%), e a continuidade da restrição da oferta de bovinos (atenuada pelo embargo das importações chinesas entre set/21 e dez/21), diante dos

31 de dezembro de 2021

efeitos das condições climáticas adversas registradas em algumas regiões do País. Em especial, a falta de chuvas e os registros de ondas de frio mais intensas.

O cenário de redução da produção de carne bovina contribuiu de forma relevante para limitar o crescimento setor agropecuário em 2021, diante da intensificação do clima seco que danificou a qualidade das pastagens e a retenção e direcionamento de fêmeas para a reprodução, dada a manutenção dos elevados preços do bezerro. De fato, os últimos dados divulgados na Pesquisa Trimestral do Abate de Animais do IBGE demonstraram a persistência do quadro de restrição de oferta de bovinos aptos para o abate (no acumulado do ano até setembro, o número de animais abatidos recuou 8,4% em comparação com o mesmo período do ano passado). Ademais, o número de animais abatidos foi fortemente impactado pela suspensão das exportações para a China, após a confirmação de casos atípicos da doença da vaca louca (EEB) em set/21 (quando o número de animais abatidos atingiu cerca de 1,9 milhão – o menor número da série histórica desde 2004), o que significou um desincentivo ao abate.

Ainda assim, é importante mencionar que os setores do agronegócio devem ter sido beneficiados pela taxa de câmbio em níveis elevados em 2021, favorecendo as exportações do setor. A demanda externa favorável deve ter contribuído para a capitalização dos produtores, sobretudo os de soja (cuja produção no ano registrou alta de +10,0% frente a 2020), incentivando maiores investimentos no setor. Destaca-se, também, que com a menor oferta de carne bovina, o setor de criação de aves e suínos foi estimulado, devendo registrar altas de 9,0% e 5,0%, respectivamente, na média anual.

O mercado de trabalho manteve sinais de melhora ao longo do ano. De acordo com dados do Caged (Ministério da Economia) foram gerados 2,7 milhões de postos de trabalho líquidos em 2022, após o fechamento líquido de 191 mil empregos formais em 2020.

Em relação ao crédito, as concessões totais terminaram 2021 com aumento de 9,7% ante 2020, em termos reais. Houve aceleração das concessões, após crescimento de apenas 2,0% em 2020. No decorrer do último ano, os volumes de crédito apresentaram recuperação, especialmente até o 3º trimestre, levando em conta as condições de financiamento ainda em níveis atrativos (menores juros, prazos mais longos e inadimplência controlada). Além disso, a própria normalização das atividades, dado o avanço da vacinação, incentivou a retomada da demanda por crédito. Entre as carteiras, houve elevação de 13,1% para pessoa física e de 6,0% para pessoa jurídica, ambos em termos reais em 2021.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, teve um ano marcado por pressões intensas, culminando na variação de 10,06%. Além de ter superado largamente o teto da meta do ano (5,25%), foi a maior alta anual desde 2015. Em 2021, a maior pressão ao índice foi proveniente do grupo transportes (contribuição de 4,2 p.p., alta de 21,0%), influenciado pela forte elevação dos preços dos combustíveis. A segunda maior contribuição veio do grupo habitação (2,0 p.p., alta de 13,0%), impulsionado pelas altas de energia elétrica (21,2%, impacto de 0,90 p.p.) e gás de botijão (37,0%, impacto de 0,41 p.p.). Na sequência, alimentação (1,7 p.p., alta de 7,9%), com destaque para as altas de aves e ovos, carnes, óleo de soja, café e açúcar. Houve variações relevantes também nos grupos artigos de residência (12,0%), afetado por itens eletroeletrônicos e mobiliário, e vestuário (10,3%), com a retomada do comércio.

Diante da piora significativa do quadro inflacionário, com reflexos negativos nas expectativas para o IPCA em 2021 e 2022, o Banco Central iniciou em março o processo de normalização da política monetária. Após ter promovido três aumentos de 75 bps no primeiro semestre, levando a taxa básica para 4,25% ao ano, o Copom acelerou o ritmo de ajuste ao longo do segundo semestre, diante da deterioração do sentimento dos investidores com os rumos fiscais do País a partir de mudanças na regra constitucional do teto de gastos. O abalo no arcabouço fiscal resultou em uma nova rodada de desvalorização cambial e piora das expectativas de inflação, o que em conjunto com a inflação corrente ainda pressionada impôs ao Banco Central a necessidade de um ajuste mais intenso na política monetária. Foram duas altas

31 de dezembro de 2021

de 100 bps (agosto e setembro), seguidas de duas elevações de 150 bps (outubro e dezembro), que resultaram na taxa Selic de 9,25% ao término do ano.

Do ponto de vista fiscal, o quadro se mostrou ambíguo. Os números do ano foram bem mais positivos do que o esperado no início de 2021, em meio ao aumento da arrecadação e volta das despesas para níveis próximos aos observados em 2019. Por outro lado, os bons resultados do ano não foram suficientes para impedir uma percepção negativa quanto aos rumos fiscais, diante das mudanças promovidas na regra do teto de gastos, a fim de liberar espaço para maiores despesas em 2022. De todo modo, o ano terminou com um superávit primário consolidado de R\$ 64,7 bilhões, ou 0,75%, sendo o primeiro saldo anual positivo desde 2013. Enquanto o Governo Central exibiu déficit de R\$ 35,8 bilhões em 2021 (de R\$ 745,2 bilhões em 2020), os governos regionais e as estatais fecharam o ano superavitários em, respectivamente, R\$ 97,7 bilhões e R\$ 2,9 bilhões. Com isso, a dívida bruta do governo geral (DBGG) recuou para 80,3% do PIB em 2021 (de 88,6% no final de 2020), resultado em parte favorecido pelo aumento mais intenso do PIB nominal, diante da elevada inflação no período. Considerando os números do Tesouro Nacional, referentes ao resultado primário do Governo Central, as Receitas Totais cresceram 21,6% em termos reais em 2021 na comparação com 2020, enquanto as Despesas Totais recuaram 23,6%, também descontada a inflação.

O dólar teve um ano de valorização global, especialmente ao longo do segundo semestre, conforme os sinais da política monetária do Federal Reserve foram sendo alterados, na direção de um início de redução de estímulos na parte final do ano. Com isso, o "dollar index" teve alta de 3,5% em 2021.

Nos mercados domésticos, os ativos brasileiros acompanharam o ambiente ainda favorável no exterior apenas no primeiro semestre. Ao longo do segundo semestre, a deterioração do panorama político e fiscal interno pesaram sobre a confiança dos investidores, influenciando negativamente bolsa e câmbio. O lbovespa chegou ao final de 2021 em 104.822 pontos (-11,9%), afetado também pela intensificação do ciclo de aumento dos juros pelo Banco Central.

Em suma, o ano de 2021 foi marcado pela continuidade da recuperação econômica global aos efeitos mais dramáticos da pandemia de covid-19, em meio à reabertura de atividades mais afetadas e ao avanço do processo de imunização, ainda que o aparecimento de novas variantes do coronavírus siga requerendo cautela. Outro destaque do ano foi o ressurgimento das pressões inflacionárias, diante dos desequilíbrios das cadeias produtivas, aumentos de custos de matérias primas e estímulos à demanda, aspecto que levou à reversão dos sinais das políticas monetárias em diversos bancos centrais. No caso do Federal Reserve, os estímulos começaram a ser reduzidos no final de 2021 e um processo relevante de alta dos juros já está contratado para este ano. No Brasil, a retomada econômica perdeu fôlego ao longo do ano, em um contexto marcado por um aperto monetário mais intenso e incertezas crescentes, diante de riscos fiscais e políticos. Além de estimular um forte ciclo de aumento dos juros, a inflação elevada afetou o poder de compra das famílias, se traduzindo em um limitador ao consumo. De todo modo, o País encerrou 2021 com tendência de redução da taxa de desemprego, criação disseminada de empregos formais e melhora de setores mais afetados pela pandemia, como os serviços.

Banco Sicoob

Fundado em novembro de 1996, o Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob. De lá pra cá, a instituição financeira vem construindo uma história baseada na gestão estratégica dos negócios e no trabalho integrado, com a finalidade de estimular o desenvolvimento do cooperativismo financeiro no país

O Banco Sicoob integra a estrutura de Governança Corporativa unificada com o Sicoob Confederação, formando assim o Centro Cooperativo Sicoob - CCS. Desta forma, o Banco reúne no âmbito do seu conglomerado as empresas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Sicoob DTVM,

31 de dezembro de 2021

Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. - Sicoob Consórcios, Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. - Sicoob Pagamentos e Sicoob Participações em Seguridade S.A. - Sicoob Par Seguridade, além de patrocinar a fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

Unido a essas empresas, o Banco Sicoob desenvolve ações estratégicas com foco na melhoria contínua de processos e disponibiliza produtos e serviços financeiros especializados em atender às demandas das cooperativas singulares.

O Planejamento Estratégico do CCS, representado pelo Pacto Sistêmico, é um conjunto de diretrizes composto por desafios que são delineados pelo aumento da concorrência, inovação, geração de conhecimento dos colaboradores e na infraestrutura de produtos e serviços do Banco Sicoob. Nesta perspectiva, o papel do Banco Sicoob é agregar diferenciais competitivos às cooperativas.

No ano de 2021, o Banco Sicoob apresentou resultados consolidados de R\$ 249,26 milhões, representando um aumento de 51,96% em relação ao mesmo período de 2020. No mesmo sentido, em dezembro de 2021, os depósitos totais atingiram o valor de R\$ 56,55 bilhões, com destaque para os depósitos de poupança que totalizaram R\$ 11,58 bilhões, apresentando evolução de 16,97% em relação a dezembro de 2020. Outro destaque do ano foi o avanço de 368% dos depósitos a prazo, que totalizaram em dezembro de 2021 o valor de R\$ 2,75 bilhões.

Performance

a. Ativos financeiros

Com montante total consolidado de R\$ 69,77 bilhões em 2021, quando comparado a dezembro de 2020, destacam-se:

a.1. Títulos e valores mobiliários

No valor de R\$ 22,11 bilhões em 2021, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a aproximadamente 95,66% do total destes instrumentos financeiros. O crescimento no período foi de 26,02%.

a.2. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Com total de R\$ 750,58 milhões em 2021, refere-se às aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI).

a.3. Empréstimos e recebíveis

Totalizaram R\$ 36,28 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 48,50% em relação a dezembro 2020. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de crédito imobiliário, que apresentou expansão de 240,92%, e capital de giro, que expandiu 37,87%. Os repasses interfinanceiros com as cooperativas de crédito também expandiram de R\$ 11,88 bilhões para R\$ 20,06 bilhões, com aumento representativo de 68,85%. Também apresentaram crescimento as linhas com recursos da poupança rural, próprios e obrigatórios.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 1,70 bilhão, aumento de 25,93% em relação a dezembro de 2020.

31 de dezembro de 2021

b. Operações de cartões

O Banco Sicoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2021 com 9,44 milhões de plásticos, dos quais 3,96 milhões possuem limite implantado. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 21% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 76,15 bilhões, significando um crescimento de 45% em relação ao ano de 2020. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 36,74 bilhões.

c. Operações de adquirência

A adquirência, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano de 2021 uma redução de 4,52% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período do ano de 2020.

Apesar da redução de estabecimentos ativos na base, houve um aumento no faturamento acumulado, alcançando R\$ 38,36 bilhões, o que representa um aumento de 21% em relação ao mesmo período do ano de 2020.

d. Depósitos

Os depósitos consolidados alcançaram, em 2021, o valor de R\$ 56,55 bilhões, um aumento de 2,43% em relação ao ano de 2020.

A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 11,58 bilhões, um crescimento de 16,97% em relação ao ano de 2020.

e. Processamento de serviços

O Banco Sicoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2021 um total de 523.266.077 documentos, sendo 12,38% superior ao mesmo período do ano anterior.

f. Novos convênios

No ano de 2021, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 760 parcerias. Dentre os novos convênios, destacamos as Concessionárias Celetro RS, ADYL NET Telecom RS, Cerpalo SC, Gasmig MG, Prefeitura de Nova Lima MG, Prefeitura de Paraúna GO, BRK Sumaré SP, Prefeitura de Conchal SP, Prefeitura de Capivari SP, Unimed Porto Velho RO, Águas de Juturnaíba RJ, Águas do Paraíba RJ, Prefeitura de Ibiturama ES, BRK Maranhão MA, Águas de Nortelândia MT, Águas de Guarantã MT, Águas de Niterói RJ, BRK Macaé RJ.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2021 alcançou o montante de R\$ 2,54 bilhões, o que representa um crescimento de 22,69% em relação ao ano anterior.

No exercício, o retorno anualizado foi de 11,38% sobre o patrimônio líquido médio.

31 de dezembro de 2021

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Banco Sicoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	10	8.451.644	27.245.927
Depósitos compulsórios no Banco Central	11	2.173.252	1.518.597
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	14	230.196	241.256
Títulos e valores mobiliários		26.720	25.468
Cotas de fundos de investimento		22.979	29.053
CPR/CPRF		180.497	186.735
AP - P		50.011.040	40 /01 001
Ativos financeiros ao custo amortizado	10/	58.911.240	42.621.821
Empréstimos e recebíveis de clientes	12(a)	36.553.664	24.629.779
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis	10/.11	(272.608)	(198.049)
Títulos e valores mobiliários	12(d)	21.885.170	17.307.258
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12(d)	750.581	888.827
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos e valores mobiliários		(5.569)	(5.994)
Outros ativos	15	5.324.178	4.223.180
Créditos tributários	16(a)	268.894	218.170
Investimentos	17	145.569	101.155
Imobilizado	18	133.063	129.237
Intangível	19	55.297	41.508
TOTAL DO ATIVO		75.693.332	76.340.851

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2019
Passivos financeiros ao custo amortizado		62.485.839	65.805.683
Depósitos de clientes	20(a)	56.548.903	55.208.687
Obrigações por operações compromissadas	20(b)	2.026.413	6.777.303
Letras de crédito do agronegócio	20(c)	34.681	42.227
Obrigações por empréstimos e repasses	20(d)	3.875.502	3.767.130
Outros passivos		340	10.336
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		56	1
Instrumentos financeiros derivativos passivo		56	1
Passivos fiscais		272.864	129.907
Impostos correntes		245.198	101.950
Impostos diferidos		27.666	27.957
Outros passivos ao custo amortizado		10.397.991	8.326.208
Outras obrigações	21	10.382.060	8.311.229
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	23(a)	15.931	14.979
Patrimônio líquido	24	2.536.582	2.079.052
Capital social		2.110.226	1.864.332
Reservas de capital		858	51
Reservas de lucros		393.397	218.378
Ajustes de avaliação patrimonial		(15.330)	(14.895)
Lucros acumulados		46.370	10.558
Participação de não controladores		1.061	628
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		75.693.332	76.340.851

Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas com juros e similares	5	3.392.200	2.207.484
Despesas com juros e similares	5	(2.570.422)	(1.518.558)
Receita líquida com juros		821.778	688.926
Receitas de tarifas e comissões	6	1.713.907	1.244.740
Despesas com tarifas e comissões	6	(514.361)	(444.476)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		(359)	530
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros		(89.879)	(54.653)
Resultado de equivalência patrimonial		21.335	35.258
Variações cambiais (líquidas)		3.807	(668)
Outras receitas e despesas operacionais	7	(399.793)	(371.346)
Receita líquida operacional		1.556.435	1.098.311
Despesas operacionais		(1.132.753)	(845.622)
Despesas com pessoal	8	(246.290)	(235.510)
Despesas gerais e administrativas	9	(657.987)	(429.755)
Despesas tributárias		(213.009)	(166.153)
Depreciações e amortizações		(15.467)	(14.204)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		423.682	252.689
Impostos correntes		(238.406)	(94.688)
Impostos diferidos		63.986	6.025
Lucro líquido do exercício		249.262	164.026
Lucro atribuível à controladora		249.220	163.044
Atribuível às participações de não controladores		42	982
Resultado abrangente do exercício		249.262	164.026
Atribuível à controladora		249.220	163.044
Atribuível às participações de não controladores		42	982

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total atribuível à controladora	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.742.770	-	-	27.271	51	172.831	4.801	-	1.947.724	9.708	1.957.432
Lucro líquido do exercício	24(a)	-	-	-		-		163.045	-	163.045	982	164.026
Aumento de capital		121.562	(217.618)		-	-	-		-	(96.056)	-	(96.056)
Capital a realizar		-	-	(121.562)	-	-	-	-	-	(121.562)	-	(121.562)
Integralização de capital		-	217.618	121.562	-	-	-	-	-	339.180	-	339.180
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(115.485)	-	-	(115.485)	-	(115.485)
Outras mutações		-	-	-	(42.166)	-	-	3.744	-	(38.422)	-	(38.422)
Destinações propostas:												
Reserva legal	24(b)	-	-	-	-	-	8.052	(8.052)	-	-	-	-
Reserva de lucros	24(c)	-	-	-	-	-	145.331	(145.331)	-	-	-	-
Dividendos propostos	24(d)	-		-		-	7.649	(7.649)	-	-	-	-
Mudanças na participação de não controladores	24(f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.062)	(10.062)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.864.332	-	-	(14.895)	51	218.378	10.558	-	2.078.424	628	2.079.052
Mutações no período		121.562	-	-	(42.166)	-	45.547	5.757	-	130.700	(9.080)	121.620
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.864.332	-	-	(14.895)	51	218.378	10.558	-	2.078.424	628	2.079.052
Lucro líquido do exercício	24(a)	-	-	-	-	-	-	249.220	-	249.220	42	249.262
Aumento de capital		245.894		_	-	-	-	-	-	245.894	-	245.894
Capital a realizar		-	(245.894)	245.894	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital			245.894	(245.894)						-		-
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(45.894)	-	-	(45.894)	-	(45.894)
Aquisição de ações de própria emissão							807			807	-	807
Outras mutações		-	-	-	(435)		-	7.505		7.070	-	7.070
Destinações propostas:						-				-		
Reserva legal	24(b)	-	-	-	-	-	11.046	(11.046)	-	-	-	-
Reserva de lucros	24(c)	-	_	-	-	_	199.373	(199.373)	_	-	-	-
Dividendos propostos	24(d)	-	-	-	-	-	10.494	(10.494)	-	-	-	-
Mudanças na participação de não controladores	24(f)	-	-	-	-	_	_	-	-	-	392	392
Saldos em 31 de dezembro de 2021	``	2.110.226	-	-	(15.330)	858	393.397	46.370		2.535.521		2.536.582
Mutações no período		245.894	<u>-</u>		(435)	807	175.019	35.812	-	457.097	433	457.530

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido ajustado		532.562	307.403
Lucro líquido antes dos tributos		423.682	252.689
Perdas de crédito esperadas em ativos financeiros		89.879	54.830
Juros e variações monetárias e cambiais		-3.807	(608)
Participação nos lucros		18.041	14.781
Depreciações e amortizações		15.466	14.204
Resultado de participações em controladas		-21.335	(35.258)
Juros pela venda do imobilizado		_	1
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		3.096	2.584
Outros aiustes		7.540	4.180
(Aumentos) Decréscimos líquidos nos ativos operacionais		(18.571.185)	(6.417.925)
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		11.061	(183.061)
Decréscimo (aumento) em títulos e valores mobiliários		(1.251)	520
(Aumento) decréscimo em cotas de fundos de investimento		6.074	(6.593)
Aumento de outros		6.238	(176.988)
Ativos financeiros ao custo amortizado		(16.641.727)	(5.568.354)
Aumento em títulos e valores mobiliários		(4.583.480)	657.397
Decréscimo (aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros		138.246	(134.794)
(Aumento) de empréstimos e recebíveis de clientes		(12.196.493)	(6.090.957)
Demais ativos		(1.940.519)	(666.510)
Variação nos depósitos compulsórios no Bacen		(654.655)	(236.739)
(Aumento) de outros ativos		(1.238.907)	(298.078)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(46.958)	(131.693)
(Aumentos) Decréscimos líquidos nos passivos operacionais		(908.822)	22.311.470
Passivos financeiros ao custo amortizado		(3.320.871)	20.920.611
Aumento de depósitos		1.340.216	17.471.684
Aumento das obrigações por operações compromissadas		(4.750.889)	2.838.807
(Decréscimo) aumento das letras de crédito do agronegócio			-17.695
		(17.695) 108.372	677.351
(Decréscimo) aumento das obrigações por empréstimos e repasses			
Instrumentos financeiros derivativos		55	(85)
Outros passivos		(930)	(7.883)
Demais passivos		2.412.049	1.390.859
Aumento em outros passivos		2.411.097	1.389.974
Aumento em provisões fiscais, trabalhistas e cíveis		952	885
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais		(18.947.445)	16.200.948
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de dividendos de coligadas		(20.476)	23.657
Aquisição de outros investimentos		(3.091)	(52.383)
Aquisição de imobilizado		(15.010)	(2.468)
Aquisição de intangível		(9.106)	(3.256)
Alienação de intangível		-	1
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(47.683)	(34.449)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aquisição de ações própria emissão		807	_
Aumento de capital social		245.894	121.562
Pagamento de dividendos		(45.856)	(124.882)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		200.845	(3.320)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(18.794.283)	16.163.179
		,	
(Redução) Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa		(18.794.283)	16.163.179
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	27.245.927	11.082.748
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	8.451.644	27.245.927

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Nota 1 - Contexto operacional

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob ("Banco Sicoob", "Instituição" ou "Banco"), companhia de capital fechado, localizado em Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "BC") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Banco Sicoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Banco Sicoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Banco Sicoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC").

b. Adoção de novas normas e interpretações

O Banco Sicoob adotou as normas e interpretações, aplicáveis à instituição, que entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2021:

• Alteração da Estrutura Conceitual - Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Não houve impacto decorrente da adoção dos novos termos da Estrutura Conceitual no Banco Sicoob.

c. Normas emitidas aplicáveis em períodos futuros

- IFRS 17 Contratos de Seguro: O pronunciamento substitui a IFRS 4 Contratos de Seguro e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - (i) Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - (ii) **Premium Allocation Approach (PAA):** aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - (iii) Variable Fee Approach: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

- (i) Fluxos de caixa futuros esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- (ii) Ajuste ao risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa:
- (iii) Margem contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- (iv) **Desconto:** fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Os possíveis impactos estão sendo avaliados pela Administração e serão concluídos até a data da entrada em vigor da norma em razão das operações mantidas pela Sicoob PAR, controlada do banco.

d. Aprovação das demonstrações contábeis

A Diretoria Colegiada do Banco Sicoob submeteu ao Conselho de Administração, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que as aprovou em reunião realizada em 10 de março de 2022.

Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas devido ao alto nível de subjetividade no envolvimento dessas políticas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das perdas esperadas:

A mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros:

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento, conforme nota 12(g).

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo no resultado, tendo o valor justo determinado por meio de cotações de preço de mercado. Quando o valor justo é positivo, as operações são registradas como ativos financeiros e, quando negativos, registrados como passivos financeiros. Os ganhos ou perdas eventuais são reconhecidos integralmente no resultado do período a que se referir.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

(iv) Outras estimativas

Outros itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Sicoob revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Sicoob foram utilizadas e vêm sendo aplicadas de forma consistente, conforme descrito a seguir:

a. Base para consolidação das demonstrações contábeis em IFRS

As demonstrações contábeis das subsidiárias estão consolidadas com as do Banco Sicoob. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. A data-base das demonstrações contábeis das empresas controladas utilizada na consolidação é a mesma da controladora.

As empresas Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Sicoob Consórcios"), Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Sicoob DTVM"), Sicoob Pagamentos e Sicoob PAR Seguridade S.A. ("Sicoob PAR"), controladas do Banco Sicoob, estão incluídas na consolidação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

Estão apresentadas a seguir, as principais informações das entidades consolidadas:

a.1. Empresas controladas

Componentes	Sicoob DTV	M	Sicoob Con	sórcios	Sicoob Pag	gamentos	Sicoo	b PAR
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante e não circulante	11.134	10.400	165.838	127.579	511.718	360.641	108.332	66.971
Total do ativo	11.134	10.400	165.838	127.579	511.718	360.641	108.332	66.971
Passivo circulante e não circulante	3.568	4.151	61.139	43.024	405.608	298.648	10	8.536
Total do passivo	3.568	4.151	61.139	43.024	405.608	298.648	10	8.536
Patrimônio líquido	7.566	6.249	104.699	84.555	106.110	61.993	108.322	58.435
Receitas	6.391	13.026	332.574	229.387	255.843	142.129	23.387	35.871
Resultado de operações em continuidade	6.151	3.645	327.881	19.972	241.977	139.244	23.360	35.857
Caixa e equivalentes de caixa	3	2	9	5	294	381	23	30
Participação de controladores	100,00%	99,99%	100,00%	99,99%	99,00%	99,00%	100,00%	100,00%

a.2. Fundos de investimento

Componentes	Sicoob Previdence	ciário FI RF	Sicoob Agêr	ncias FII
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	27.516	27.197	190	116
Ativo não circulante	-	-	35.636	32.545
Total do ativo	27.516	27.197	35.826	32.661
Passivo circulante	12	6	187	112
Total do passivo	12	6	187	112
Patrimônio líquido	27.504	27.192	35.639	32.548
Receitas	11.303	15.400	4.752	2.068
Resultado de operações em continuidade	11.303	15.400	1.661	1.577
Caixa e equivalentes de caixa	9	9	2	2

b. Moeda funcional e de apresentação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das entidades que compõem o balanço consolidado do Banco Sicoob. Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Sicoob PARa o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 10).

d. Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas do período a que se referem, independentemente de recebimento ou pagamento.

e. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Sicoob são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

e.1. Reconhecimento inicial

(i) Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, geralmente é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco Sicoob se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco Sicoob.

(ii) Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco Sicoob no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados ou subtraídos desse valor.

e.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

(i) Avaliação do modelo de negócio

O Banco Sicoob classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses instrumentos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O Banco Sicoob classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco Sicoob pode designar instrumentos em VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Passivos financeiros, outros além dos relacionados obrigações por empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

(ii) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros")

Como um segundo passo do processo de classificação, o Banco Sicoob avaliou os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Banco Sicoob realizou julgamento e considerou fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

O Banco Sicoob testou os instrumentos financeiros para avaliar se os ativos financeiros atendiam aos critérios de "somente pagamento de principal e juros" e como resultado, as carteiras de títulos e valores mobiliários, de empréstimos e recebíveis e de adquirência, foram classificadas preponderantemente na categoria ao "custo amortizado".

e.3. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais relativos apenas a pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um instrumento financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

e.4. Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor residual de pagamento de um dia para o outro.

Os ativos que não atenderam aos critérios de "somente pagamento de principal e juros" no teste de SPPJ são preponderantemente títulos e valores mobiliários mantidos por fundo de investimento consolidado e aplicações em cotas de fundos de investimento.

e.4.1. Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Na adoção inicial, o Banco Sicoob não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

e.4.2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes — instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Banco Sicoob pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Na adoção inicial, a Administração do Banco Sicoob não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

e.4.3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes — instrumentos de dívida

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar as características do fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Como resultado do teste de "SPPJ", não foram identificados títulos a serem classificados na categoria de valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA).

e.5. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas e futuros.
- **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos.
- **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco Sicoob não possuía instrumentos mensurados no nível 3.

A distribuição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo na hierarquia de mensuração está divulgada na Nota 12(b).

e.6. Reclassificação de instrumentos financeiros

O Banco Sicoob não reclassificou seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Banco Sicoob não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

e.7. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

e.7.1. Baixa (desreconhecimento) devido a modificações substanciais em termos e condições contratuais O Banco Sicoob desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Banco Sicoob reconhece um ganho ou perda de modificação.

e.7.2. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Banco Sicoob transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Banco Sicoob não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento geralmente ocorre quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, exceto para operações de longo prazo cujo desreconhecimento ocorre com 720 dias.

e.7.3. Baixa (desreconhecimento) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

f. Perdas de crédito esperadas para ativos financeiros

f.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O Banco Sicoob registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, e, portanto, considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses), a não ser que tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas de crédito do prazo remanescente do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE *Lifetime*). A política do Sicoob PARa determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 28.

A PE de 12 meses é a parte da PE *Lifetime* que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

A PE 12 meses e a PE *Lifetime* são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 28.

O Banco Sicoob estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações contábeis, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de a inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima descrito, o Banco Sicoob distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Sicoob reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- **Estágio 2**: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Banco Sicoob registra uma provisão para PE *Lifetime*. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação e todos os elementos de inadimplência possíveis.
- Migração entre estágios: a migração entre estágios ocorre em razão da deterioração/melhora do risco do tomador, conforme modelos de escoragem.

f.2. Cálculo das perdas esperadas

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (probability of default PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (exposure at default EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência.
- Perda dada a inadimplência (loss given default LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento.

Com exceção de créditos rotativos provenientes de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, o período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- Estágio 1: O Banco Sicoob calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. O cálculo da Perda Esperada 12 meses ocorre pela multiplicação entre os parâmetros de PD 12 meses, EAD e LGD;
- Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Banco Sicoob reconhece uma provisão de perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro). Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento; e

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

- **Estágio 3:** Para operações consideradas com problemas de recuperação, o Banco Sicoob reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.
- Limites de crédito: ao estimar a perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro) para limites de crédito não utilizados, o Banco Sicoob estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida, sendo estimado o parâmetro de Fator de Conversão de Crédito (FCC).

f.3. Limites de cartão de crédito, cheque especial, conta garantida e garantias financeiras prestadas

Dentre os produtos do Banco Sicoob está incluída a concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, onde o Banco possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O Banco Sicoob não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do Banco Sicoob em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência. Baseado na experiência passada e nas expectativas do Banco Sicoob, o período para o qual o Banco Sicoob calcula PE para esses produtos é de aproximadamente 24 meses.

Para garantias financeiras prestadas, o Banco Sicoob utiliza o prazo da operação.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

f.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco Sicoob utiliza uma série de informações macroeconômicas considerando o efeito de *forward looking* na projeção da perda esperada e, ainda, as características individuais de cada carteira ou devedor.

O Banco Sicoob realizou análises dos indicadores por tipo de pessoa, considerando os deslocamentos das séries históricas das variáveis macro econômicas, em até 12 meses para trás (lags) e até 12 meses para frente (leads), na visão safra e data base e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Banco Sicoob considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

f.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (Low default porffolio – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Banco Sicoob utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Banco Sicoob pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Banco Sicoob considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3.

Não houve migração de estágios para ativos com baixo risco de crédito.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) e são registrados no grupo de "Investimentos". O resultado de equivalência é calculado com base no percentual de participação societária detida sobre o patrimônio líquido da controlada e/ou coligada. As perdas ou ganhos em participações societárias são registradas no resultado do período a que se referir, na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Os investimentos estão demonstrados conforme Nota 17.

h. Outros ativos

Estão demonstrados pelo valor do principal, líquidos da perda esperada, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

i. Imobilizado

Incluem os valores de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática, de segurança e comunicação conforme Nota 18.

São mensurados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução no valor recuperável. O custo do imobilizado inclui itens diretamente atribuíveis à aquisição de um bem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O cálculo da depreciação é efetuado pelo método linear com a utilização das taxas estimadas dos bens a que se referem. A depreciação é calculada a partir da disponibilidade do bem para uso. Os terrenos não são depreciados.

As taxas de imobilizado aplicadas no exercício corrente são as seguintes:

Item	Taxa ao ano
Edificações	1,67%
Instalações	10%
Móveis e equipamentos de uso	10%
Sistemas de comunicação e segurança	10%
Sistemas de processamento de dados (hardware) e transporte	20%

O Banco Sicoob avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas especializadas e independentes. Esta avaliação somente é efetuada se for identificada alguma evidência de alteração do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um imobilizado, o Banco Sicoob reconhece a reversão da perda por não recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o período da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

a reversão de uma perda por não recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não recuperação tivesse sido reconhecida. Para o Banco Sicoob são consideradas como evidências objetivas de perda, a obsolescência, a ociosidade ou o desgaste excedente à expectativa de tais itens.

Foi efetuado teste de recuperabilidade no ativo imobilizado e não foram identificadas perdas por redução no valor recuperável.

j. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos das licenças de uso de softwares, do ágio adquirido em combinações de negócios, além do ágio alocado em marcas e patentes e carteiras de clientes. O ágio, marcas e patentes e carteira de clientes foram registrados tendo como base os valores demonstrados nos *PPAs – Purchase Price Allocation* quando da aquisição do Sicoob Consórcios e de participação na Sicoob Pagamentos. Os principais ativos intangíveis estão demonstrados na Nota 19.

j.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis com vida útil definida compreendem softwares adquiridos de terceiros. São, ainda, avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Item	Vida útil	Taxa ao ano
Sistemas de processamento de dados (software)	5 anos	20%

k. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos. Estão demonstrados conforme Nota 21.

I. Compensação de ativos e passivos

A apresentação de ativos e passivos pelo valor líquido ocorre apenas quando há um direito legal de serem compensados numa base líquida. A menos que não haja a intenção de liquidá-los desta forma ou de realizar um ativo para liquidar um passivo, a apresentação é feita de forma separada.

m. Benefícios a empregados - Previdência complementar

O Banco Sicoob é patrocinador de plano de previdência dos seus funcionários, mantido na Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, entidade que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2020, o plano dos funcionários do Banco Sicoob e empresas controladas na Sicoob Previ contava com 1.156 participantes ativos (2019 – 1.073), cuja contribuição totalizou R\$ 5.671 (2019 – R\$ 5.252), registrada na rubrica "Despesas com Pessoal".

n. Participação nos lucros e resultados

O Banco Sicoob reconhece como passivo, os valores correspondentes à participação dos funcionários e administradores nos lucros e resultados. Os cálculos são efetuados com base nas informações obtidas do acordo/convenção sindical. Tais valores estão demonstrados conforme Nota 8.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

o. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Banco Sicoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. A composição dos passivos contingentes está demonstrada conforme Nota 23.

Os passivos contingentes são monitorados e revisados periodicamente pela Administração com vistas a obter as melhores informações disponíveis quanto aos eventos que os geraram e os possíveis desfechos de modo que o valor das perdas seja ajustado com base nas melhores estimativas conforme Nota 23.

O Banco Sicoob reconhece contabilmente uma provisão quando se avalia a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança. As situações em que o Banco Sicoob avaliar que a chance de perda é classificada como possível serão apenas divulgadas em notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como remotas não serão provisionadas nem divulgadas.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a IAS 37, por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- Ativos contingentes Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões
 judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como
 praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados
 nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- Causas judiciais São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.
- **Obrigações legais** São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Banco Sicoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

p. Tributos sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até fevereiro e 20% a partir de março (conforme previsão legal da Emenda Constitucional nº 103/19), tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima. Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Distribuição de dividendos

Conforme previsão estatutária, o Banco Sicoob distribui dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, calculados pela aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido ajustado do período, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Cosif. Em razão disso, não são distribuídos dividendos tendo como base o lucro líquido apurado nas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Os valores apurados decorrentes da obrigação prevista no estatuto são reconhecidos no passivo no período a que se referem.

Dividendos propostos acima do mínimo previsto são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido e são pagos apenas depois de autorizados pela assembleia (Nota 24(d)).

Nota 5 - Receitas líquidas com juros

Receitas e despesas com juros	Nota 31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo no resultado		
Empréstimos e recebíveis de clientes	1.483.536	1.042.971
Aplicações em operações compromissadas	894.922	589.902
Aplicações interfinanceiras de liquidez	32.219	23.026
Letras financeiras do Tesouro	833.849	424.973
Letras financeiras	29.517	36.254
Depósitos compulsórios no Banco Central	55.304	29.442
Outros	62.853	60.916
Total	3.392.200	2.207.484
Despesas com juros		
Depósitos de poupança	(313.313)	(157.873)
Depósitos interfinanceiros	(1.876.723)	(1.056.345)
Depósitos a prazo	(69.318)	(14.732)
Obrigações por operações compromissadas	(124.909)	(106.601)
Obrigações por empréstimos e repasses	(159.796)	(127.203)
Letras de crédito do agronegócio	(1.479)	(1.798)
Outras despesas de juros	(24.884)	(54.007)
Total	(2.570.422)	(1.518.558)
Receita líquida com juros	821.778	688.927

Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões

Receitas e despesas de tarifas e comissões	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de tarifas e comissões			
Convênio Sicoob	(a)	9.988	8.867
Rendas de serviços bancários		21.083	21.302
Rendas de serviços prestados de fundos		2.629	2.814
Rendas de administração de fundos		11.698	12.833
Rendas de administração de consórcios	(b)	315.045	215.807
Rendas de serviços com cartão de crédito	(c)	769.112	539.359
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento		339.012	249.771
Rendas de recebimento de concessionárias	(d)	108.358	91.827
Rendas de tarifas bancárias		123	54
Rendas com serviços de adquirência		8.671	4.987
Outras receitas		128.188	97.119
Total		1.713.907	1.244.740
Despesas de tarifas e comissões			
Comissões	(e)	(514.355)	(444.455)
Outras despesas		(6)	(21)
Total		(514.361)	(444.476)
Receitas líquidas de tarifas e comissões		1.199.546	800.264

⁽a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob relacionados ao processamento da COMPE, bloquetos de cobrança, microfilmagem de cheques, emissão de talonário, dentre outras.

⁽b) Referem-se às rendas de administração de consórcios.

⁽c) Referem-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

⁽d) Referem-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

⁽e) Referem-se preponderantemente às despesas de comissão pela venda de produtos e serviços (crédito, cartão, consórcio, dentre outros) repassados às cooperativas do Sicoob.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais

	Nota 31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	9.230	8.905
Receitas de cartões de crédito	119.061	85.136
Adquirência	250.637	246.239
Outras	20.761	50.007
Total	399.689	390.287
Outras despesas operacionais		
Despesas serviços associados às transações de pagamento	(219.231)	(434.062)
Adquirência	(345.410)	(299.261)
Outras	(234.841)	(28.310)
Total	(799.482)	(761.633)
Outras receitas (despesas) operacionais	(399.793)	(371.346)

Nota 8 - Despesas com pessoal

Despesas	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Honorários pagos a diretores e conselheiros		20.014	15.151
Proventos	(a)	110.998	110.440
Encargos sociais	(b)	49.073	48.906
Benefícios	(c)	45.844	42.858
Treinamentos		976	1.797
Remuneração a estagiários		1.344	1.577
Participação dos empregados nos lucros		18.041	14.781
Total		246.290	235.510

⁽a) Referem-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

Nota 9 - Outras despesas administrativas

Despesas	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	1.174	523
Comunicação	43.799	40.599
Material	1.729	1.334
Processamento de dados	37.079	36.313
Propaganda e publicidade	161.156	83.008
Serviços do sistema financeiro	38.605	36.170
Serviços de terceiros	286.661	188.695
Serviços técnicos especializados	21.430	23.557
Viagens	283	1.246
Outras despesas administrativas	66.071	18.310
Total	657.987	429.755

Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Componentes	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades		39.892	32.052
Disponibilidades e reservas no Banco Central		39.892	32.052
Equivalentes de caixa		8.411.752	27.213.875
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	(a)	8.411.752	27.213.875
Total		8.451.644	27.245.927

⁽a) Os equivalentes de caixa são aplicações que possuem vencimento de até 90 dias a partir da data de aquisição do instrumento financeiro e são remunerados pelo IPCA, CDI, Selic e taxas prefixadas.

⁽b) Referem-se, principalmente, às provisões de INSS e FGTS de funcionários.

⁽c) Referem-se, principalmente, aos benefícios de assistência médica, vale-transporte, vales-refeições e previdência complementar pagos a empregados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Nota 11 - Depósitos compulsórios no Banco Central

Componentes	31/12/2021	31/12/2020
Pagamentos Instantâneos	229.323	91.729
Reservas Compulsórias em espécie	4.896	6.661
Recolhimentos obrigatórios	1.939.033	1.420.207
Total	2.173.252	1.518.597

Nota 12 - Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição de empréstimos e recebíveis de clientes

Grupos de empréstimos e recebíveis	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Repasses interfinanceiros		20.064.697	11.902.562
Repasses interfinanceiros		20.064.697	11.902.562
Operações de crédito		8.697.729	6.990.631
Empréstimos e títulos descontados		3.700.305	2.683.726
Financiamentos		1.165.222	1.243.993
Financiamentos rurais e agroindustriais		3.118.815	2.853.657
Financiamentos imobiliários		713.385	209.255
Outros recebíveis		7.791.240	5.736.586
Cartão de crédito e outros créditos		7.791.240	5.736.586
Subtotal		36.553.664	24.629.779
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis	(a)	(272.608)	(198.049)
Total		36.281.058	24.431.730
Circulante		13.898.105	15.025.833
Não circulante		22.382.953	9.405.897

⁽a) Inclui a provisão para perdas esperadas de crédito com limites de crédito concedidos e não utilizados.

Os totais acima representam a exposição máxima ao risco de crédito para o grupo de empréstimos e recebíveis de clientes.

b. Composição dos empréstimos e recebíveis por setor de atividade e prazo de vencimento

Setores de atividade	Vencidas		A vencer						
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	2021	2020
Rural	-	114.154	436.887	942.212	805.646	819.916	-	3.118.815	2.853.657
Intermediários financeiros	-	1.864.133	9.672.495	5.372.163	1.731.453	1.424.453	-	20.064.697	11.902.562
Pessoas físicas	64.905	1.109.728	5.191.138	965.454	542.403	489.813	305.185	8.668.626	6.322.571
Outros serviços	30.406	605.398	2.853.706	891.223	283.890	35.666	1.239	4.701.528	3.550.989
Total	95.311	3.693.413	18.154.226	8.171.052	3.363.392	2.769.848	306.424	36.553.664	24.629.779

c. Concentração dos empréstimos e recebíveis de clientes

c.1. Repasses interfinanceiros

Segmentação	2021	%	2020	%
10 maiores devedores	6.738.805	33,59	4.118.766	35%
50 maiores seguintes	8.302.858	41,37	4.641.710	39%
100 devedores seguinte	4.474.545	22,30	2.668.875	22%
Demais	548.489	2,74	473.211	4%
Total	20.064.697	100,00	11.902.562	100%

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

c.2. Operações de crédito

Segmentação	2021	%	2020	%
10 maiores devedores	706.632	8,07	531.504	7,60
50 maiores seguintes	718.696	8,21	572.516	8,19
100 devedores seguinte	360.801	4,12	335.274	4,80
Demais	6.968.704	79,60	5.551.337	79,41
Total	8.754.833	100,00	6.990.631	100,00

c.3. Garantias associadas aos empréstimos e recebíveis

	202	1	20	20
Modalidade	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia
Empréstimos e títulos descontados	3.700.305	1.977.438	2.683.726	1.247.465
Financiamentos	1.165.223	993.033	1.243.993	1.183.830
Repasses interfinanceiros e financiamentos rurais e agroindustriais	23.183.511	33.866.935	14.756.218	24.041.773
Financiamentos imobiliários	713.387	1.265.618	209.255	367.599
Cartão de crédito e outros créditos	7.791.240	-	5.736.586	-
Total	36.553.666	38.103.024	24.629.778	26.840.667

Os valores relativos ao efeito financeiro das garantias correspondem aos valores nominais destas, na data da contratação das operações.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

d. Composição dos títulos e valores mobiliários por tipo e prazo de vencimento

Os ativos financeiros ao custo amortizado apresentam o seguinte perfil por tipo e faixa de vencimento:

				Prazos	de vencime	nto		2021	-	-	2020	
Ativos financeiros ao custo amortizado	Sem vencimento	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de Curva	Valor Justo	Ganho (perda) não realizado	Valor de Curva	Valor Justo	Ganho (perda) não realizado
Títulos e valores mobiliários	-	-	524.603	-	1.132.255	20.228.313	21.885.170	21.805.729	79.891	17.307.258	17.223.477	(83.781)
I - Carteira própria	-	-	524.603	-	121.747	11.142.318	11.788.668	11.735.860	52.808	6.848.636	6.818.516	(30.120)
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	368	368	368	-	354	354	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	288.498	-	121.747	11.141.950	11.552.195	11.499.334	52.861	5.644.379	5.616.315	(28.064)
Letras Financeiras - LF	-	-	236.105	-	-	-	236.105	236.158	(53)	1.203.903	1.201.847	(2.056)
II - Carteira vinculada a recompra	-	-	-	-	-	2.046.984	2.046.984	2.034.027	12.957	4.790.462	4.756.130	(34.332)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	2.046.984	2.046.984	2.034.027	12.957	4.790.462	4.756.130	(34.332)
III - Vinculados a prestação de garantias	-	-	-		1.010.508	7.039.010	8.049.518	8.035.392	14.126	5.668.160	5.648.831	(19.329)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-		1.010.508	7.039.010	8.049.518	8.035.392	14.126	5.633.247	5.613.943	(19.304)
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.913	34.888	(25)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	51.775	601.446	97.360	750.581	750.581	-	888.827	888.827	-
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI)	-	-	-	51.775	601.446	97.360	750.581	750.581	-	888.827	888.827	-
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos públicos e privados	-	-	-				(5.569)	(5.569)	-	(5.994)	(5.994)	-
Total líquido	-	-	524.603	51.775	1.733.701	20.325.673	22.630.183	22.550.291	79.891	18.190.090	18.106.309	(83.871)

Em 31 de dezembro de 2021, o Banco Sicoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 8.035.392 (31de dezembro de 2020 - R\$ 5.648.831), sendo principalmente:

- R\$ 3.986.022 (31/12/2020 R\$ 1.891.950) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 3.982.980 (31/12/2020 R\$ 3.692.745) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

e. Composição dos ativos financeiros ao custo amortizad o por estágio

A seguir, é apresentada a composição dos empréstimos e recebíveis de clientes, títulos e valores mobiliários e adquirência, segregados pelos estágios de classificação da IFRS 9:

e.1. Estágio 1

Carteiras	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e recebíveis de clientes	35.184.183	23.696.113
Repasses interfinanceiros	20.064.697	11.883.497
Empréstimos e títulos descontados	3.149.949	2.357.950
Financiamentos	976.164	1.086.769
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.008.244	2.735.667
Financiamentos imobiliários	688.901	197.873
Cartão de crédito e outros créditos	7.296.228	5.434.357
Títulos e valores mobiliários	13.693.716	15.707.667
Títulos públicos	12.707.030	13.579.671
Títulos privados	986.686	2.127.996
Outros recebíveis	4.813.548	3.780.471
Adquirência	4.813.548	3.780.471
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 1	53.691.446	43.184.251

e.2. Estágio 2

Carteiras	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	522.161	303.832
Financiamentos	144.736	113.366
Financiamentos rurais e agroindustriais	103.419	111.451
Financiamentos imobiliários	21.012	11.276
Cartão de crédito e outros créditos	450.321	276.469
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 2	1.241.649	816.394

e.3. Estágio 3

Carteiras	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e títulos descontados	28.196	41.009
Financiamentos	44.323	43.859
Financiamentos rurais e agroindustriais	7.151	6.539
Financiamentos imobiliários	3.475	107
Cartão de crédito e outros créditos	44.690	25.760
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 3	127.835	117.274

f. Movimentação dos saldos dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

f.1. Empréstimos e recebíveis de clientes

				31/12/2021	31/12/2020
Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	23.677.048	816.394	117.273	24.610.715	18.562.014
Transferidos para o Estágio 1	-	(186.549)	(16.729)	(203.278)	(113.440)
Transferidos para o Estágio 2	(433.165)	-	(25.921)	(459.086)	(278.673)
Transferidos para o Estágio 3	(54.477)	(19.592)	-	(74.069)	(44.575)
Oriundos do Estágio 1	-	433.165	54.477	487.643	309.961
Oriundos do Estágio 2	186.549	-	19.592	206.141	119.312
Oriundos do Estágio 3	16.729	25.920	-	42.649	7.415
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	11.791.498	172.309	(20.858)	11.942.949	6.067.767
Total movimentado no exercício	11.507.134	425.253	10.561	11.942.949	6.067.767
Total geral	35.184.182	1.241.647	127.834	36.553.664	24.629.781
Sem migração de estágio	15.133.819	399.655	38.846	15.572.320	10.458.476

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

f.2. Títulos e valores mobiliários e adquirência

Os saldos de títulos e valores mobiliários e de adquirência não migraram entre estágios, permanecendo no estágio 1.

g. Valor justo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Na tabela a seguir estão apresentados os valores justos estimados dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Ativos financeiros		31/12/2021			31/12/2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	36.391.512	-	-	30.100.377	-		
Títulos públicos	21.618.671	-	-	15.964.100	-	-		
Títulos privados	-	412.840	-	-	1.443.019	-		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	751.510	-	-	889.330	-		
Total	21.618.671	37.855.862	-	15.964.100	32.432.726	-		

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

h. Modificação nos fluxos de caixas contratuais

Os créditos renegociados totalizam R\$ 246,90 no ano (31/12/2020 - R\$ 231,66) e decorrem de operações de Crédito Consignado, Crédito Rural e Empréstimos, que correspondem à contratos renegociados por força normativa e por inadimplência.

Destacamos que, o valor R\$ 177,84 refere-se às renegociações de crédito consignado, R\$ 9,76 corresponde às operações de Crédito Rural que foram renegociadas pelas Resoluções nº 4.782/2020 e 4.801/2020 devido pandemia provocada pela Covid-19 e o valor de R\$ 59,27 decorre das operações de Crédito Rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CNM.

i. Recuperação de crédito de ativos financeiros baixados como prejuízo

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2021 totalizou R\$ 5.497 (31/12/2020 - R\$ 2.927).

Nota 13 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas de crédito para ativos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas esperadas de crédito". A seguir estão apresentadas as perdas esperadas de crédito segregadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

a. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

				31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
I - Empréstimos e recebíveis de clientes	192.003	34.222	41.383	267.608	195.380
Repasses interfinanceiros	135.723	-	-	135.723	86.320
Empréstimos e títulos descontados	34.695	22.768	20.990	78.453	71.571
Financiamentos	8.327	5.983	17.732	32.042	23.867
Financiamentos rurais e agroindustriais	192	250	212	654	864
Financiamentos imobiliários	2.288	1.019	1.042	4.349	1.055
Cartão de crédito e outros créditos	10.778	4.202	1.406	16.387	11.703
II - Títulos e valores mobiliários	5.568	-	-	5.568	5.994
Títulos públicos	3.812	-	-	3.812	4.074
Títulos privados	1.756	-	-	1.756	1.920
III - Outros ativos	10.130	-	-	10.130	6.461
Adquirência	10.130	-	-	10.130	6.461
Total geral	207.702	34.222	41.383	283.307	207.835

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

As provisões para perdas de crédito esperadas foram reconhecidas na rubrica "Provisão para perdas esperadas de crédito", dentro do grupo de empréstimos e recebíveis de clientes, conforme Nota 12(a).

b. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

				31/12/2021	31/12/2020
Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	131.030	17.591	46.756	195.379	147.505
Movimentos com impacto no resultado					
Transferidos para o Estágio 1	-	(2.630)	(1.584)	(4.214)	(2.457)
Transferidos para o Estágio 2	(2.120)	-	(7.075)	(9.195)	(2.529)
Transferidos para o Estágio 3	(423,046)	(586,722)	-	(1.010)	(1.151)
Oriundos do Estágio 1	-	2.120	423	2.543	2.009
Oriundos do Estágio 2	2.630	-	587	3.217	1.890
Oriundos do Estágio 3	1.584	7.075	-	8.659	2.238
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	59.302	10.653	2.276	72.231	47.874
Total com movimento no resultado	60.973	16.631	(5.373)	72.231	47.874
Total	192.003	34.222	41.383	267.610	195.379
Sem migração de estágio	69.907	9.403	12.673	91.982	62.893

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas para os limites de crédito concedidos e não utilizados

				31/12/2021	31/12/2020
Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	1.994	368	308	2.670	2.087
Movimentos com impacto no resultado					
Transferidos para o Estágio 1	-	(162)	(53)	(215)	(78)
Transferidos para o Estágio 2	(142)	-	(55)	(198)	(50)
Transferidos para o Estágio 3	(19)	(11)	-	(30)	(8)
Oriundos do Estágio 1	-	142	19	162	34
Oriundos do Estágio 2	162	-	11	173	61
Oriundos do Estágio 3	53	55	-	108	41
Ativos originados	1.334	555	444	2.333	583
Total com movimento no resultado	1.387	580	366	2.333	583
Total	3.381	948	674	5.003	2.670
Sem migração de estágio	1.658	153	170	1.982	1.846

Nota 14 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

a. Composição por título e prazo de vencimento

Ativos financeiros	Prazo de vencimento	31/12/2021	31/12/2020
Notas do Tesouro Nacional - NTN	Até 3 meses	26.720	25.468
Cotas de fundos de investimento	Sem vencimento	22.979	29.053
Outros	Sem vencimento	180.497	186.735
Total		230.196	241.256

Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR) não estão sujeitos à redução no valor recuperável, sendo assim, nenhuma provisão para perdas é constituída. O valor de R\$ 230.196 (31/12/2020 – R\$ 241.256) representa a exposição máxima ao risco de crédito para estes instrumentos.

O resultado dos ativos financeiros ao valor no resultado (VJR) totalizaram em 2021, -R\$ 359 (31/12/2020 – R\$ 530).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

b. Segregação por hierarquia de valor justo

	31/1	2/2021	31/12/2020		
Ativos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	26.720	-	25.468	-	
Cotas de fundos de investimento	-	22,979	-	29.053	
Outros	-	-	-	53	
Total	26.720	22.979	25.468	29.106	

Nota 15 - Outros ativos

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Rendas a receber de serviços prestados	40.957	32.269
Adiantamentos e antecipações salariais	6.123	5.714
Adiantamento por conta de imobilizações	115	110
Depósitos em garantias	17.677	14.847
Tributos a compensar	248.205	143.820
Pagamentos a ressarcir	79.234	149.102
Transações de pagamentos	4.813.548	3.759.703
Títulos e créditos a receber	30.258	21.618
Valores a receber	38.429	24.950
Outros	59.762	77.508
Subtotal	5.334.308	4.229.641
(-) Perdas de crédito esperadas em adquirência	(10.130)	(6.461)
Total	5.324.178	4.223.180

Nota 16 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição

	31/	31/12/2021 31/12/2020		
Itens	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Perdas esperadas em ativos financeiros	288.306	288.306	210.504	210.504
Taxa efetiva de juros	32.178	32.178	28.281	28.281
Passivos cíveis e trabalhistas	15.546	15.546	14.670	14.670
Participação nos resultados	15.614	15.614	13.301	13.301
Comissão programa de aceleração SIPAG	4.266	4.266	4.009	4.009
FGTS 50% - diretoria	2.384	2.384	2.096	2.096
Provisões campanha nacional de vendas	31.729	31.729	29.582	29.582
Programa de Incentivo - Crédito	109.761	109.761	102.702	102.702
Bonificação cartão	-	-	5.345	5.345
Honorários advocatícios	1.519	1.519	1.518	1.518
Outras provisões	99.427	99.427	72.185	72.185
Montante	600.730	600.730	484.193	484.193
Alíquotas	25%	20%/15%/9%	25%	20%/15%/9%
Créditos tributários constituídos	150.182	118.711	121.048	96.839

b. Movimentação

	31/12/20)21	31/12/2	020
	Imposto de renda	Imposto de renda	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro de 2020				
Crédito tributário (ativo)	121.048	96.839	109.024	65.414
Imposto diferido (passivo)	16.789	11.168	16.970	11.277
Totais	137.837	108.007	125.994	76.691
Ajuste em resultado	28.953	21.763	11.843	31.316
Créditos tributários constituídos	253.605	200.993	216.449	187.003
Créditos tributários baixados	(224.692)	(179.262)	(204.567)	(155.655)
Movimentação passivo diferido	40	32	(39)	(32)
Movimentação	28.953	21.763	11.843	31.316
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Crédito tributário (ativo)	150.182	118.711	121.048	96.839
Imposto diferido (passivo)	16.608	11.059	16.789	11.168
rédito tributário (ativo) nposto diferido (passivo) platais juste em resultado réditos tributários constituídos réditos tributários baixados lovimentação passivo diferido povimentação pado em 31 de dezembro de 2021 rédito tributário (ativo)	166.790	129.770	137.837	108.007

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

Anos	Valor nominal	Valor presente
2022	93.906	83.938
2023	41.102	34.097
2024	31.709	24.700
2025	26.100	19.089
2026	24.959	17.141
2027 a 2031	51.118	32.962
Total de créditos tributários	268.894	211.927

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	31/12	2/2021	31/12/2020		
Conciliação	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	423.682	423.682	252.724	253	
Resultado de participações em controladas	(21.335)	(21.335)	(35.258)	(35)	
Participação nos lucros e resultados	(18.041)	(18.041)	(14.781)	(14.781)	
Base de cálculo	364.405	364.405	202.685	(14.564)	
Alíquota de tributação	25%	20%/15%/9%	25%	20%/15%/9%	
	96.101	79.055	50.671	35.825	
Efeito tributário sobre diferenças temporárias					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.479	16.984	7.204	2.932	
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	238	215	183	135	
Provisão para Participação nos Lucros	898	1.174	431	827	
Demais provisões	6.990	1.952	(1.173)	(2.272)	
			6.646	1.621	
Efeitos tributários sobre diferenças permanentes	12.583	11.003	1.741	2.174	
Prejuízo fiscal/Base negativa a compensar	(3)	(1)		-	
PAT	(3.244)	-	(1.415)	-	
Patrocínio Incentivados	(2.603)	-	(1.659)	-	
Doações - Fundo Nacional do Idoso/Fundo Criança e Adolescente	(1.041)	-	(684)	-	
Prorrogação licença maternidade	(251)	_	(193)	-	
Prorrogação licença paternidade	(124)	_	(43)	-	
	(7.266)	(1)	(3.994)	-	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	128.023	110.382	55.064	39.620	
Imposto de renda e contribuição social a pagar - exercícios anteriores	-	-	2	1	
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	128.023	110.382	55.066	39.621	

As alíquotas efetivas de IR e CS foram de 30% e 26% em 2021, respectivamente.

Nota 17 - Investimentos

		31/12/2	31/12/2021		31/12/2020		
Empresas	Nota	Investimento	Resultado de equivalência	Investimento	Resultado de equivalência		
Sicoob Seguradora	(a)	107.615	21.335	66.291	35.258		
Outros investimentos	(b)	35.636	-	32.545	-		
Outros		2.318	-	2.319	-		
Total		145.569	21.335	101.155	35.258		

⁽a) Investimento mantido pela Sicoob PAR Seguridade S/A na Sicoob Seguradora.

⁽b) Imóvel para investimento mantido por fundo imobiliário.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Nota 18 - Imobilizado

Movimentação	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11.444	99.032	7.838	18.473	645	137.432
Aquisição	-	-	796	1.615	57	2.468
Alienação/transferência	-	-	(100)	(29)	84	(45)
Depreciação/transferência	-	(2.840)	(456)	(8.914)	680	(10.618)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.444	96.192	8.990	11.145	1.466	129.237
Custo total	11.444	116.975	13.120	42.042	2.469	186.050
Depreciação acumulada	-	(20.783)	(4.130)	(30.897)	(1.003)	(56.813)
Valor residual	11.444	96.192	8.990	11.145	1.466	129.237
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.444	96.192	8.990	11.145	1.466	129.237
Aquisição	-	-	-	15.002	8	15.010
Alienação/transferência	-	-	-	-	-	-
Depreciação/transferência	-	(2.663)	(648)	(7.633)	(240)	(11.184)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.444	93.529	8.342	18.514	1.234	133.063
Custo total	11.444	116.975	13.120	57.044	2.477	201.060
Depreciação acumulada	-	(23.446)	(4.778)	(38.530)	(1.243)	(67.997)
Valor residual						
Total	11.444	93.529	8.342	18.514	1.234	133.063
Taxas anuais de depreciação %		1,67%	10%	20%	10%	-

Nota 19 - Intangível

a. Softwares e direitos de uso de arrendamentos

Movimentação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	8.643
Aquisição	3.256
Alienação	1
Amortização	(3.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.314
Custo total	30.190
Amortização acumulada	(21.876)
Valor residual	8.314
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.314
Aquisição	9.108
Direitos de uso de arrendamentos (a)	13.574
Alienação	-
Amortização	(7.982)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.014
Custo total	52.872
Amortização acumulada	(29.858)
Valor residual	23.014
Taxas anuais de amortização %	20%

⁽a) Em atendimento à IFRS 16 - Arrendamentos, a consolidadora registrou em 2021, os valores decorrentes dos direitos de uso de softwares e de aluguéis de todas as empresas do consolidado em contrapartida a uma conta específica do passivo. A amortização destes itens totalizou R\$ 3.702 em 2021.

b. Ágio em combinações de negócios e teste de impairment

Os ágios gerados nas combinações de negócios envolvendo o "Sicoob Consórcios" e a "Sicoob Pagamentos" foram reconhecidos levando-se em conta a avaliação do valor justo para os ativos identificáveis e para os passivos assumidos na data-base da aquisição do controle.

O teste de *impairment* foi efetuado para os ágios registrados contabilmente em 2021, no valor de R\$ 3.090 (31/12/2020 – R\$ 3.090), relativo à aquisição do controle do "Sicoob Consórcios" e de R\$ 21.346 (31/12/2020 – R\$ 21.346), relativo à aquisição do controle do Sicoob Pagamentos ocorrida em 2015.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Para determinar se houve perda no valor recuperável, o valor contábil do ágio reconhecido em ambas as combinações de negócio foi comparado com o valor presente de fluxos de caixa e, ainda, com projeções orçamentárias. O resultado do teste de *impairment* não apresentou necessidade de contabilização de perdas no ágio registrado nas demonstrações contábeis.

Nota 20 - Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Depósitos

Prazo de vencimento De 6 meses a 1 Acima de 1 De 1 a 3 meses De 3 a 6 meses **Depósitos** 31/12/2021 31/12/2020 vencimento mês ano ano À vista 147 575 82 827 147 575 11.582.945 9.902.359 De poupança 11.582.945 3.345.055 3.641.821 3.209.330 19.302.895 Interfinanceiros 6.656.675 36.155.776 41.103.171 Interfinanceiros 200.180 674.799 2.657.507 2.319.879 5.903.367 3.530.653 51.002 rurais 79.962 2.027.825 145.669 125.098 380.687 2.759.240 589.678 A prazo Total 11.730.520 3.476.019 5.869.826 4.029.798 22.085.500 9.357.241 56.548.903 55.208.687

b. Obrigações por operações compromissadas

	Prazo de vencimento							
Carteiras	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	31/12/2021	31/12/2020	
Própria	-	574.332	850.631	601.450	-	2.026.413	6.777.303	
Total	-	574.332	850.631	601.450	-	2.026.413	6.777.303	
Circulante	-	574.332	850.631	601.450	-	2.026.413	6.777.303	
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	

c. Letras de crédito do agronegócio - LCAs

	Prazo de Vencimento							
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	31/12/2021	31/12/2020	
LCA-Pós	1.342	5.778	3.657	2.309	21.595	34.681	42.227	
Total	1.342	5.778	3.657	2.309	21.595	34.681	42.227	
Circulante	1.342	5.778	3.657	2.309	-	13.086	33.162	
Não circulante	-	-	-	-	21.595	21.595	19.214	

As letras de crédito do agronegócio (LCAs) estão lastreadas por operações de cédula de produtor rural (CPR) emitidas com taxas pré ou pós-fixadas.

d. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2038 e com encargos financeiros de até 11,18 % a.a.

Repasses	Nota	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2021	31/12/2020
BNDES		97.333	333.085	719.657	586.540	685.215	42	2.421.872	2.477.046
Banco do Brasil / FCO		4.534	13.461	58.835	69.267	66.759	-	212.856	52.502
Banco da Amazônia/FNO		53	88	-	-	-	-	141	354
FINAME		43.026	181.178	331.809	209.843	108.460	-	874.316	891.280
Funcafé		1.020	320.171	45.126	-	-	-	366.317	345.948
Total		145.966	847.983	1.155.427	865.650	860.434	42	3.875.502	3.767.130
Circulante		145.966	847.983	-	-	-	-	993.949	955.742
Não circulante		-	-	1.155.427	865.650	860.434	42	2.881.553	2.811.388

e. Valor justo dos passivos financeiros ao custo amortizado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

	31/12/2021	31/12/2020		
Passivos financeiros	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Depósitos		56.548.903	55.362.434	55.539.977
Obrigações por operações compromissadas	2.027.152	2.026.413	6.779.011	6.779.022
Letras de crédito do agronegócio	34.296	34.681	52.268	52.376
Obrigações por empréstimos e repasses	3.875.502	3.875.502	3.767.130	3.767.130
Total	5.936.950	62.485.499	65.960.843	66.138.505

Nota 21 - Outros passivos

Passivos	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em trânsito de terceiros		27.430	16.331
Adquirência	(a)	9.262.962	7.341.871
Valores a pagar de despesas administrativas		353.094	587.210
Obrigações de cartão de crédito	(b)	155.898	139.454
Valores a pagar Del Credere	(c)	41.730	42,242
Obrigações com convênios oficiais - INSS		29.445	30.422
Valores a pagar arrecadação		8.694	8.818
Sociais e estatutárias		6.020	21.298
Impostos e contribuições sobre salários		8.066	4.655
Obrigações por recursos de consorciados	(d)	29.596	18.787
Obrigações por cotas de fundos de investimento		9.066	8.475
Outras		450.060	91.666
Total		10.382.060	8.311.229
Circulante		9.468.171	7.470.344
Não circulante		913.889	840.885

- (a) Referem-se aos valores a pagar decorrentes de transações de pagamentos adquirência.
- (b) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.
- (c) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do spread recebido pelo Banco dos óraãos oficiais.
- (d) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

Nota 22 - Garantias financeiras prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2021, R\$ 18.150 (31/12/2020 - R\$ 16.104).

Nota 23 - Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Banco Sicoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

A provisão é reconhecida somente quando: **(a)** o Banco Sicoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; **(b)** é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e **(c)** o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Banco Sicoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

A administração do Banco Sicoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como "risco de perda provável"

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício. Os depósitos judiciais estão registrados no grupo "Outros ativos", conforme Nota 15.

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	31/12/	31/12/2020			
Causas	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões	
Fiscais	6.762	-	5.029	-	
Trabalhistas	1.240	1.310	800	2.537	
Cíveis	9.675	14.621	8.871	12.442	
Total	17.677	15.931	14.700	14.979	

a.2. Movimentação das provisões para causas judiciais

		31/12/2020			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	-	2.537	12.442	14.979	14.094
Constituições no exercício	-	1.098	3.448	4.547	4.112
Utilizações no exercício	-	(1.133)	(726)	(1.859)	(769)
Reversões no exercício	-	(1.192)	(543)	(1.736)	(2.458)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	1.310	14.621	15.931	14.979

a.3. Natureza das ações classificadas como "risco de perda provável"

- i. Fiscais referem-se aos depósitos judiciais de contribuições previdenciárias.
- ii. Trabalhistas referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- **iii. Cíveis -** referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como "risco de perda possível"

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Banco Sicoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Banco Sicoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas, fiscais e previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); (v) ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor deduzido pelo Banco Sicoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Banco Sicoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do banco.

Devido às incertezas na apuração de eventual valor econômico envolvido em uma possível condenação e atual estágio das causas classificadas como perdas possíveis, o valor do efeito financeiro divulgado pelo Banco Sicoob é o valor original de causa não atualizado.

c. Saldo dos passivos contingentes classificados como "risco de perda possível"

Causas	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	19.361	22.026
Fiscais/Previdenciárias	165.495	164.195

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Cíveis	260.469	212.232
Total	445.325	398.453

Nota 24 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 1.120.742.225 (31/12/2020 – 1.003.744.529) ações, sendo 563.446.485 ações ordinárias (31/12/2020 – 504.626.590) e 557.295.740 ações preferenciais (31/12/2020 – 499.117.939), todas sem valor nominal.

As ações ordinárias conferem ao titular, o direito a voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem esta prerrogativa. No entanto, estas ações, após a destinação ao fundo de reserva legal, possuem, conforme previsão estatutária:

I - prioridade na distribuição de dividendos obrigatórios, não cumulativos, equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme previsto no art. 34, II;

II - se a Assembleia Geral Ordinária deliberar pelo pagamento de dividendos, além do previsto no inciso I, prioridade na distribuição: a) de dividendos mínimos anuais, não cumulativos – até o limite de 105% da remuneração, no mesmo exercício social, do CDI, incidente sobre o capital social médio referente às ações preferenciais no mesmo exercício social –, dentro dos quais estarão incluídos os dividendos obrigatórios previstos no inciso I; ou b) do saldo remanescente, verificado após a distribuição dos dividendos obrigatórios, em igualdade de condições com as ações ordinárias;

III - direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas do Banco, inclusive nos casos de valorização ou reavaliação do ativo imobilizado;

IV - preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação no capital social, por eventual liquidação do Banco, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação no capital social. O saldo restante do reembolso será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais;

V - no seu conjunto, direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, na forma do disposto no § 1º do Artigo 26 deste Estatuto.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 858 (31/12/2020 – R\$ 51) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Banco Sicoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 11.046 (31/12/2020 – R\$ 8.052).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 393.397 (31/12/2020 – R\$ 199.373), a ser destinada na próxima assembleia. Também foram constituídos dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 10.493, os quais serão destinados quando autorizados.

d. Dividendos

O estatuto do Banco Sicoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 10.493, equivalentes a R\$ 9,36 por lote de mil ações (31/12/2020 – R\$ 7.649, equivalentes a R\$ 7,62 por lote de mil ações).

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representados pelo custo atribuído do imobilizado e pela reversão do ágio registrado em BACEN GAAP referente a compra de 19% de participação societária do Sicoob Pagamentos. Em 2021, o valor total dos ajustes de avaliação patrimonial era de R\$ -15.330 (31/12/2020 – R\$ -14.895).

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

f.Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas minoritários nas empresas Sicoob Distribuidora de Valores Mobiliários Ltda. ("Sicoob DTVM"), Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Sicoob Consórcios") e Sicoob Pagamentos Em 2021, o total da participação dos acionistas não controladores era de R\$ 1.061 (2020 – R\$ 628). A redução da participação dos acionistas não controladores ocorreu em razão da compra de 19% de participação societária do Sicoob Pagamentos pelo Banco Sicoob, acionista controlador ocorrida em 2020.

Nota 25 - Transações com partes relacionadas

a. Cooperativas do Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das transações realizadas com as cooperativas do Sicoob:

	Nota 31/12/2021	31/12/2020
Ativo	34.518.676	12.863.552
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	34.502.103	12.856.702
Valores a receber	8.036	4.365
Despesas antecipadas - Comissão	(a) 8.537	2.485
Passivo	37.837.594	46.427.016
Depósitos	32.766.695	41.385.172
Operações compromissadas	2.693.060	4.090.337
Valores a pagar	2.377.839	951.507
Receitas	1.407.001	963.111
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	955.916	640.463
Outras receitas	451.085	322.648
Despesas	2.770.990	1.762.888
Captação	1.888.474	1.015.336
Outras despesas	882.516	747.552

⁽a) Comissões não qualificáveis para cômputo na taxa efetiva de juros.

b. Empresas controladas pelo Banco Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das subsidiárias do Banco Sicoob:

	Sicoob DTVM		Sicoob P.	AR	Sicoob Page	amentos	Sicoob Consórcios		
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	
Ativo	47	57	-	-	-	-	147	125	
Valores a receber	47	57	-		-	-	147	125	
Passivo	7.744	6.516	679	541	370.232	249.113	111.445	95.003	
Depósitos à vista	4	2	23	30	285	373	8	5	
Depósitos a prazo	7.740	6.514	656	511	342.864	228.847	111.437	94.998	
Valores a pagar		_	-		27.083	19.893	-	-	
Despesas	329	184	35	14	128.933	101.938	4.693	2.280	
Despesas de captação	329	184	35	14	12.398	2.023	4.693	2.280	
Despesas administrativas	-	_			116.535	99.915	-	-	
Receitas				-	15.533	14	1.796	1.273	
Receitas diversas	-	-	-	-	15.533	14	1.796	1.273	

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.

A remuneração paga ou a pagar aos diretores e aos conselheiros está demonstrada a seguir:

Itens	31/12/2021	31/12/2020
Honorários	16.078	12.216
Encargos	5.605	4.096

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Beneficios	4.088	3.072
Total	25.771	19.384

Nota 26 - Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em dezembro de 2021 é de 13,48% (31/12/2020 – 13,47%).

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Sicoob estão disponíveis no sítio da instituição www.bancoob.com.br.

Nota 27 - Outras informações

a. Seguros

O Banco Sicoob e as empresas consolidadas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

b. Participação nos lucros e resultados - PLR

O Banco Sicoob, o Sicoob DTVM e o Sicoob Pagamentos oferecem aos funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme acordo coletivo de trabalho. No exercício de 2021, foram provisionados os valores de R\$ 18.041 (31/12/2020 – R\$ 14.940) apresentados no grupo "Despesas com pessoal", conforme Nota 8.

Nota 28 - Gerenciamento de riscos financeiros

a. Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às operações.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

- a) Financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez.
- **b) Não Financeiros:** risco operacional, risco socioambiental, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, gestão de continuidade de negócios (GCN) e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD).

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gestão de riscos na Instituição.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo, aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) 1ª linha: controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- **b) 2º linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma integrada;
- c) 3º linha: avaliação independente da Auditoria Interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

A Auditoria Interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Banco Sicoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamentos de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. O gerenciamento do risco de crédito do Banco Sicoob possui como diretriz a Política Institucional de Gerenciamento do

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, conforme prevê o inciso II do art. 2º da Resolução CMN 4.557/2017, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Banco Sicoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Banco Sicoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das operações de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a. validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- **b.** estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c. procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d. identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- **e.** sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f. monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- g. informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- **h.** área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- i. modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas das contrapartes e questões setoriais e macroeconômicas;
- j. limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- **k.** modelo para avaliar o impacto na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia, em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

i. Definição de ativo problemático e cura

O Banco Sicoob considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE:

i.1. Pessoa física e pessoa jurídica

Todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos pagamentos contratuais, renegociação advinda de operação de crédito com atraso superior a 60 dias, honra de aval da cooperativa nas operações de cartão de crédito e verificação de ação judicial, anotação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da contraparte.

i.2. Cooperativa

Caso ocorra, o ativo problemático de uma operação de crédito com cooperativas de crédito é detectado quando se verifica eventual rejeição de possível incorporação, dada a necessidade de ocorrência. Não há critério de cura para o modelo de cooperativas.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

ii. Classificações internas de risco e processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default - PD)

O Banco Sicoob possui modelo de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

iii. Mensuração do risco de crédito

iii.1. Exposição no momento da inadimplência (Exposure at default - EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros, exceto limites e garantias financeiras prestadas que são sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes.

Para as garantias financeiras, a exposição na inadimplência é considerada o valor concedido como garantia.

iii.2. Perda em caso de inadimplência (Loss given default - LGD)

O Banco Sicoob utiliza tabela de LGD definida com base em estudos internos de toda a cadeia de garantias versus operações.

iii.3. Aumento significativo de risco de crédito

O Banco Sicoob monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação PE Lifetime, o Banco Sicoob avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Considerando as pessoas físicas e jurídicas, o aumento significativo de risco de uma operação de crédito é detectado quando se verifica ao menos uma das seguintes ocorrências:

- Atraso entre 31 e 90 dias;
- Deterioração do risco do tomador;
- Renegociação não mandatória advinda de operação de crédito com até 60 dias de atraso; e
- Verificação de prejuízo no SFN.

Não foi identificada necessidade de definição de estágio 2 de risco para as cooperativas, pelo caráter qualitativo de avaliação.

iii.4. Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 4, letra f, o Banco Sicoob calcula as perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

iii.5. Foward Looking (Informações prospectivas)

Para definição dos modelos *Forward Looking* por tipo de pessoa e produto são utilizados indicadores macroeconômicos com e sem deslocamento do indicar no tempo (12 meses anteriores e posteriores), na visão safra e data-base.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

a.2. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Banco Sicoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros prevê:

- **a.2.1.** acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
 - a.2.1.1. o valor do risco e o consumo de limite das carteiras bancária e de negociação;
 - **a.2.1.2.** análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
 - a.2.1.3. limites máximos de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
 - **a.2.1.4.** análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base na curva de juros;
 - a.2.1.5. resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
 - a.2.1.6. testes de estresse;
 - a.2.1.7. planos de contingência.
- **a.2.2.** realização de testes de avaliação dos sistemas de controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
- **a.2.3.** elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
- **a.2.4.** existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em carteira de negociação e carteira bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN e Circular 3.354, de 27 de junho de 2007, do BCB.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading).

Para as parcelas de risco de mercado RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) é realizada com base nas seguintes métricas:

- ANII (delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros;
- AEVE (delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros.

Ademais, são realizados testes de estresse regularmente, de forma a avaliar os impactos decorrentes de condições extremas de mercado sobre o valor das posições ativas e passivas.

As metodologias aplicadas no cálculo de perdas em cenários de estresse são:

- **Simulação Histórica** reprecifica a carteira atual utilizando a pior variação mensal do mercado apurada no histórico dos últimos 10 anos.
- **Cenários Econômicos** considera os cenários de alta e baixa disponibilizados pela B3, para avaliar a sensibilidade do risco dado à mudança de comportamento na taxa de juros.
- Choques metodologia padronizada considera choques paralelo de alta e baixa na curva de juros, aplicando a metodologia padronizada prevista na Circular BCB n.º 3.876/19, para avaliar a sensibilidade do risco da carteira bancária dada uma mudança no comportamento das taxas de juros.

A estrutura de limites é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos para o risco de mercado e de variação das taxas de juros e são estabelecidos em função do Patrimônio de Referência (PR).

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do sitio www.bancoob.com.br, no caminho "Conheça o Banco Sicoob / Publicações / Gerenciamento de Riscos e de Capital / Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

a.3. Risco de Liquidez

O Banco Sicoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez. Tais políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

a.3.1. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

- a.3.1.1. composição da liquidez;
- a.3.1.2. limite mínimo de liquidez;
- a.3.1.3. fluxo de caixa projetado;
- a.3.1.4. testes de estresse;
- a.3.1.5. planos de contingência.
- a.3.2. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;
- **a.3.3.** elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- **a.3.4.** existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do Conglomerado Banco Sicoob.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Trimestralmente, são realizadas e testadas simulações em diversos cenários.

Como mecanismo de controle para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas de contingência com o intuito de avaliar a capacidade de aeração de liquidez.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do sitio www.Banco Sicoob.com.br, no caminho "Conheça o Banco Sicoob / Publicações / Gerenciamento de Riscos e de Capital / Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

a.4. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais (Ouvidoria, SAC), do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e públicos (Reclame Aqui e redes sociais).

A exposição das marcas e os impactos de imagem nas campanhas realizadas pelo Sicoob e Banco Sicoob são permanentemente acompanhados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

O monitoramento do risco de imagem também é avaliado nas materializações dos riscos financeiros e não financeiros, incluindo os possíveis desenquadramentos perante órgãos reguladores.

a.5. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a. setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b. linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c. valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Banco não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

a.6. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política de Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Banco Sicoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

a.7. Risco de estratégia

O Banco Sicoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos de varejo bancário, nas seguintes plataformas de negócios:

• Pagamentos; crédito; administração de recursos de terceiros; centralização financeira; previdência; seguros; cartões; pré-pago; adquirência; consórcios; crédito habitacional; digitalização; investimentos; câmbio e comércio exterior; derivativos agropecuários, BNDES e Fundos Constitucionais.

Nota 29 - Riscos de continuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital

a. Risco de continuidade dos negócios

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a. identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- **b.** avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c. definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

- **d.** continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e. transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

b. Risco de lavagem de dinheiro

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Prevenção e Combate a Fraudes (PLDPCF), comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a. monitoramento;
- b. análise e diligenciamento;
- c. comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- d. emissão de relatórios gerenciais.

c. Risco cibernético

As diretrizes para gerenciamento do risco cibernético encontram-se registradas na Política Institucional de Segurança Cibernética, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco cibernético se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a. definição de diretrizes para a segurança do espaço cibernético relacionadas à capacidade do Banco Sicoob de prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético;
- **b.** proteção das informações sob responsabilidade das empresas preservando a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade;
- **c.** prevenção de eventuais interrupções, totais ou parciais, dos serviços de TI acessados pelas empresas e pelos clientes/cooperados e, no caso de ocorrência de interrupção, a redução dos impactos dela resultantes;
- d. tratamento e prevenção de incidentes de segurança cibernética;
- e. formação e qualificação dos recursos humanos necessários à área de segurança cibernética;
- **f.** promoção do intercâmbio de conhecimentos entre as demais instituições financeiras, órgãos e entidades públicas a respeito da segurança cibernética;
- g. estabelecimento de plano de ação e de resposta a incidentes, revisado anualmente; definição de diretrizes para a classificação das informações, mantidas em meio eletrônico ou físico, de acordo com os requisitos de proteção esperados em termos de sigilo, valor, requisitos legais, sensibilidade e necessidades do negócio, de modo que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

d. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Banco Sicoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Banco Sicoob aderiu formalmente por decisão do seu Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Banco Sicoob (www.Banco Sicoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

Nota 30 - Informações complementares

a. Alteração da denominação social do Banco Cooperativo Sicoob S/A - Banco Sicoob Haja vista a reestruturação das entidades de terceiro grau, o reposicionamento estratégico e o fortalecimento da marca Sicoob, foi alterada a denominação social do Banco Cooperativo do Brasil – S/A para Banco Cooperativo Sicoob S/A - Banco Sicoob.

b. Combate aos efeitos da pandemia da Covid-19

Em 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob - Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, suas cooperativas singulares, cooperativas centrais, instituições de terceiro nível: Sicoob Confederação, Banco Cooperativo Sicoob - Banco Sicoob, empresas ligadas e fundação patrocinada, tem implementado medidas para gestão das operações e apoio aos funcionários, cooperados e comunidades, diante da pandemia da Covid-19.

O Banco Sicoob exerce permanente monitoramento dos impactos que podem afetar as operações e os resultados. Desde 13 de março de 2020 foram acionados o Comitê de Crise do Sicoob e o Grupo de Crise para enfrentamento da pandemia Covid-19, que acompanham permanentemente os efeitos da crise e impactos nas operações, orientando a atuação das instituições do sistema quanto a aspectos estratégicos, operacionais, prudenciais e negociais, entre outros, além das ações de entidades reguladoras e governamentais, para promoção da segurança das pessoas e das organizações.

Entre as ações adotadas destacam-se:

- Criação de Comitê de Crise do Sicoob e Grupo de Crise para tratar do assunto de forma efetiva, garantindo unicidade e tempestividade na disseminação de informações para os públicos interno e externo.
- Priorização do trabalho remoto (home office).
- Constante orientação aos funcionários, específicas para o trabalho remoto, a condução das operações e o atendimento aos cooperados.
- Suspensão de todas as viagens.
- Substituição de reuniões físicas por videoconferências.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Valores expressos em milhares de reais

- Reforço da higienização dos ambientes e espaços.
- Manutenção dos serviços bancários essenciais à população.
- Estímulo ao uso de ferramentas e canais digitais para serviços e relacionamento pela internet ou celular.

c. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O Banco Sicoob, vem acompanhando e atuando de maneira preventiva na avaliação da qualidade de toda a sua carteira de crédito e realizando, sempre que necessário, ações para reforço de suas provisões, principalmente para Associados de setores econômicos mais afetados pela crise econômica decorrente da pandemia provocada pelo COVID-19.

Durante o ano de 2020 foram realizados, seguindo as melhores práticas, uma série de estudos visando antecipar, orientar e minimizar os impactos econômicos nas diversas carteiras devido ao COVID-19.

d. Outros efeitos identificados/esperados

Foram adotadas medidas governamentais e regulatórias no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, que proporcionaram apoio aos negócios minimizando os impactos da pandemia:

- Postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia.
- Mudanças na taxa IOF (Decreto n.º 10.414 Zera a alíquota do IOF para as operações de crédito que específica, quando contratadas entre 3/4/2020 e 2/10/2020).
- Programa Emergencial de Suporte a Empregos (Pese) oferece financiamento emergencial de folha de pagamento de pequenas e médias empresas Resolução CMN nº 4.800/2020.
- Empréstimo com lastro em letras financeiras garantidas por operações de crédito.

* * *

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2021

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

- 1. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e externa.
- 2. Além do Banco Cooperativo Sicoob S.A. Banco Sicoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que integram o Conglomerado Banco Sicoob: Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. Sicoob Consórcios e Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. Sicoob Pagamentos.
- 3. A administração do Banco Sicoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
- 4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos nas empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
- 5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Banco Sicoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS); e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

- 6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no exercício de 2021, 6 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis (IFRS); avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS);
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers (PwC); gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, conformidade, cibernético e estratégia; continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2021

f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

- 7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
- 8. No exercício de 2021 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários. Destaque, neste período, para o monitoramento das providências adotadas pela administração e verificação das simulações de impactos em cenário de estresse da crise da Covid-19 nos riscos de crédito, liquidez e capital das instituições do Sicoob.
- 9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Banco Sicoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Externa

- 10. Os auditores externos contratados PricewaterhouseCoopers PwC apresentaram, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
- 11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Externa, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2021.

Auditoria Interna

- 12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Banco e das empresas integrantes do Conglomerado.
- 13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

- 14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).
- 15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Bancoob naquela data.

Brasília, 10 de março de 2022.

Ivo Azevedo de Brito Coordenador Marcos Vinícius Viana Borges

Rafael Alves Horta

Composição dos órgãos de administração do Banco Sicoob

Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente Rui Schneider da Silva – Vice-Presidente Aifa Naomi Uehara de Paula Bento Venturim Clidenor Gomes Filho Felipe Magalhães Bastos Geraldo Souza Ribeiro Filho Hudson Tabajara Camilli Ivan Capra Ivo Azevedo de Brito José Evaldo Campos Luiz Antônio Ferreira de Araújo Luiz Gonzaga Viana Lage Marcelo Baiocchi Carneiro Marcelo Martins Wilson Geraldo Cavina

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente Antônio Cândido Vilaça Junior - Diretor Ênio Meinen – Diretor Fernando Vicente Netto - Diretor Francisco Silvio Reposse Junior - Diretor Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco CRC-SP 149.703/O-2

Certificate Of Completion

Envelope Id: 71AEF08E37454E3A8ED6561E75BBDE1E

Subject: Please DocuSign: BCOSICOOBIFRS21.DEZ.pdf, Demonstrações Contábeis IFRS - 31.12.2021.docx

Source Envelope:

Document Pages: 64 Certificate Pages: 6

AutoNav: Enabled

Envelopeld Stamping: Enabled Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia Signatures: 1 Initials: 0

Envelope Originator: Raissa Gaudereto

Status: Completed

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Branca

São Paulo, SP 05001-100 raissa.gaudereto@pwc.com IP Address: 34.100.8.112

Record Tracking

Status: Original

16 March 2022 | 10:41

Status: Original

16 March 2022 | 18:24

Holder: Raissa Gaudereto

raissa.gaudereto@pwc.com

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Signer Events

Carlos Augusto Silva

carlos_augusto.silva@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication

(None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 15 March 2022 | 14:44

ID: ef2d3ed1-7d3f-4486-b627-ad469bc3d58f

Company Name: PwC

Signature

Carlos Augusto Silva C12419F2EA534CB..

Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 34.100.9.247

Timestamp

Location: DocuSign

Location: DocuSign

Sent: 16 March 2022 | 10:43 Viewed: 16 March 2022 | 18:23 Signed: 16 March 2022 | 18:24

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Paissa Gaudarata		Sont: 16 March 2022 19:24

Raissa Gaudereto

raissa.gaudereto@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication

(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 16 March 2022 | 18:24 Viewed: 16 March 2022 | 18:24 Signed: 16 March 2022 | 18:24

Witness Events Signature Timestamp Notary Events Signature **Timestamp Envelope Summary Events Status Timestamps Envelope Sent** Hashed/Encrypted 16 March 2022 | 10:43

Envelope Summary Events	Status	Timestamps	
Certified Delivered	Security Checked	16 March 2022 18:23	
Signing Complete	Security Checked	16 March 2022 18:24	
Completed	Security Checked	16 March 2022 18:24	
Payment Events	Status	Timestamps	
Electronic Record and Signature Disclosure			

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão "Eu concordo" na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário "Revogação de Consentimento" da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

- (i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou
- (ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários**:

- (i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®
- (ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); SafariTM 3.0 ou superior (Mac apenas)
- (iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.
- (iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600
- (v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão
- ** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão "Eu concordo" abaixo.

Ao selecionar o campo "Eu concordo", eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.